

Exma. Senhora,

Presidente da Comissão de Cultura e
Comunicação

Deputada Ana Paula Vitorino

S. Bento, 28 de setembro de 2020

Assunto: *Audição da Ministra da Cultura e do Diretor-Geral do Património Cultural sobre a destruição planeada dos vestígios arqueológicos da mesquita islâmica da Sé de Lisboa*

É público que a Direção-Geral do Património Cultural pretende destruir parte dos vestígios da mesquita islâmica encontrados no âmbito do projeto de valorização da Sé de Lisboa.

O valor cultural dos vestígios não tem paralelo na península Ibérica. Incluem três pisos, paredes de mais de cinco metros, portas e corredores conservados por baixo da Sé de Lisboa.

No despacho que autoriza a destruição, a DGPC alega que a preservação dos vestígios é incompatível com a concretização do projeto cujo objetivo é precisamente a valorização do conjunto arqueológico que agora propõe destruir. Em comunicado à comunicação social, alegam também que as obras de recuperação destes vestígios colocariam em causa a estabilidade do claustro da Sé de Lisboa.

Ambas as afirmações são, no entender do Bloco de Esquerda, absolutamente falsas.

A mesquita cujos vestígios foram agora descobertos estão abrangidos pela classificação de Monumento Nacional da Sé de Lisboa, e a DGPC não tem, legalmente, autoridade para autorizar a destruição de património classificado sem o parecer do Conselho Nacional de Cultura e o despacho direto da Ministra da Cultura, procedimentos que não ocorreram.

A DGPC pretende destruir a mesquita por baixo da Sé de Lisboa, e isso é um atentado inadmissível ao património cultural que, no entender consensual da comunidade científica, viola a Lei de Bases do Património Cultural bem como as Convenções internacionais de que Portugal é signatário, nomeadamente a Convenção de Malta para a conservação do património arqueológico.

Assim, o Bloco de Esquerda propõe a realização de uma audição urgente na Comissão de Cultura e Comunicação Social da Assembleia da República, com a presença do Diretor-Geral do Património Cultural e da Ministra da Cultura para prestarem explicações sobre o sucedido.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição da Ministra da Cultura e do Diretor-Geral do Património Cultural.

As Deputadas e o Deputado do Bloco de Esquerda,

Alexandra Vieira e Beatriz Gomes Dias